Notas explicativas às demonstrações financeiras Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

Contexto operacional

A Biomm S.A. ("Biomm" ou "Companhia") é uma Companhia de biotecnologia, em estágio préoperacional, que detém tecnologia de produção de insulinas pelo processo de DNA recombinante, que se caracteriza pelo uso de microrganismos em contraste com os processos puramente químicos.

A Companhia foi fundada em 2001, através da cisão parcial da Biobrás S.A., à época, a maior produtora brasileira de insulinas. A Companhia é uma sociedade anônima, que tem sua sede, desde o dia 8 de janeiro de 2018, na Avenida Regent, 705, Nova Lima, Estado de Minas Gerais e possui ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo ("BOVESPA MAIS") sob o código BIOM3.

A Companhia possui um processo de produção de proteínas terapêuticas, utilizadas na produção de medicamentos, de característica biofármacos. Esse processo é patenteado nos Estados Unidos da América, Brasil e Índia.

Implantação da unidade fabril

A Biomm continua o processo de implantação de uma unidade biofarmacêutica, em Nova Lima Minas Gerais, destinada à produção e comercialização de insulinas e outras proteínas terapêuticas por engenharia genética (biofármacos).

O modelo de construção da unidade industrial, faseado e modular, permite à Companhia iniciar a comercialização de produtos adquiridos de terceiros por meio de parcerias comerciais junto à Gan&Lee Pharmaceutical Limited, da China, para o fornecimento de insulina análoga Glargina e com a Bioton S/A, da Polônia, para o fornecimento de insulinas NPH e Regular.

Adicionalmente, o modelo adotado permitiu à Companhia flexibilizar o modelo de negócio para realizar parcerias de comercialização de produtos relacionados ao tratamento de diabetes, além de produtos biossimilares oncológicos.

A conclusão da unidade fabril da Companhia encontra-se substancialmente finalizada. No entanto, para que ocorra a operação de fabricação própria, faz-se necessário o seu comissionamento e respectiva validação, sendo que tais processos somente podem ser iniciados sobre produtos com registros aprovados pela ANVISA.

Em 2015, a Companhia recebeu a Autorização de Funcionamento para Empresa (AFE) concedida pela ANVISA. A AFE atesta a Companhia nos requisitos técnicos e administrativos para futura operação de importação e distribuição de medicamentos. Além dessa liberação, a ANVISA aprovou em fevereiro de 2016, através da publicação no Diário Oficial da União (D.O.U.), o registro do produto Caneta Descartável para aplicação de insulina da Biomm.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

1. Contexto operacional--Continuação

Implantação da unidade fabril--Continuação

Em fevereiro de 2017, foi publicada no Diário Oficial da União a Portaria nº 551, do Ministério da Saúde (Portaria), por meio da qual a Companhia foi indicada como um dos entes privados selecionados para a Parceria para o Desenvolvimento Produtivo ("PDP") da demanda de Insulina Humana para o Sistema Único de Saúde. Isto quer dizer que a Companhia será responsável por 50% da demanda de Insulina Humana no âmbito da PDP, em parceria com a Fundação Ezequiel Dias - FUNED.

Em 31 de maio de 2017, foi celebrado com a MannKind Corporation um acordo de exclusividade de fornecimento, distribuição e comercialização do produto Afrezza Inhalation Powder ("Afrezza"). A Companhia será responsável por preparar e submeter os documentos necessários à aprovação regulamentar do Afrezza no Brasil incluindo a aprovação junto à ANVISA e, no que se refere aos aspectos pertinentes à precificação do produto, a aprovação junto à Câmara de Regulação de Mercado de Medicamentos ("CMED"). Uma vez obtida a aprovação de ambos os órgãos reguladores, a MannKind Corporation irá produzir e fornecer o Afrezza para a Companhia, que será responsável pelo fornecimento e distribuição do produto no Brasil.

No dia 12 de junho de 2017, foi homologado o aumento de capital no valor de R\$31.416 em razão da subscrição e total integralização de 4.481.455 ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal emitidas pela Companhia, correspondente ao valor máximo do aumento de capital aprovado na Reunião do Conselho de Administração de 23 de março de 2017.

No dia 25 de setembro de 2017, a Companhia celebrou com a Celltrion Healthcare Co., Ltd, empresa sediada na Coreia do Sul, um acordo de exclusividade de fornecimento, distribuição e comercialização do medicamento Herzuma, medicamento biossimilar indicado para o tratamento de câncer de mama. Esse produto está em fase de aprovação de registro na ANVISA e CMED.

No dia 26 de março de 2018, foi publicada no Diário Oficial da União a Portaria nº 731, do Ministério da Saúde (Portaria), por meio da qual a Companhia foi aprovada em parceria com a Fundação Ezequiel Dias (FUNED), como parceiro privado da Parceria para o Desenvolvimento Produtivo (PDP) do produto Insulina Glargina para o Sistema Único de Saúde. A parceria entre a Companhia e a FUNED será responsável por 100% da demanda de insulina Glargina no âmbito da PDP.

Em 16 de abril de 2018, o Conselho de Administração autorizou a Diretoria em avançar com as negociações e eventualmente celebrar o contrato com a Celltrion Healthcare Co., Ltd, para o fornecimento e distribuição do medicamento Truxima (Biossimilar Rituximabe), com exclusividade no Brasil.

Em 30 de abril de 2018, foi publicado no D.O.U. o deferimento pela ANVISA do pedido do registro do aparelho inalador do Afrezza®. A Companhia permanece com os esforços para aprovação junto à ANVISA da cápsula que contém insulina que é utilizada no inalador.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

1. Contexto operacional--Continuação

Implantação da unidade fabril--Continuação

No dia 9 de julho de 2018, foi publicado pela ANVISA, por meio da Gerência-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, Resolução - RE nº 1.792, de 5 de julho de 2018, no Diário Oficial da União, o deferimento do pedido de registro do produto Glargilin® (insulina glargina). Com a aprovação do registro, a Companhia, é detentora com exclusividade do fornecimento e distribuição do Glargilin®.

No dia 8 de novembro de 2018, foi publicado no D.O.U. a manutenção do indeferimento pela ANVISA do pedido do registro dos produtos InsuBIOMM® Insulina Humana Recombinante NPH e R. Essa decisão é passível de recurso e a Companhia tomará as providências adequadas para a obtenção dos registros.

No dia 23 de novembro de 2018 foi publicado pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos ("CMED"), os preços máximos do medicamento do princípio ativo do produto Glargilin®.

No dia 28 de dezembro de 2018 foi publicado no D.O.U. a reprovação da proposta de Parceria para o Desenvolvimento Produtivo ("PDP") do produto Insulina Glargina, que a Companhia detinha junto à Fundação Ezequiel Dias ("FUNED"). Esta decisão ainda é passível de recurso administrativo.

Projeto de transferência de tecnologia de produção de insulina para o Projeto Arábia Saudita

Em 2008, foi constituída uma sociedade *Joint Venture* (JV Gabas) na Arábia Saudita, por meio de sua controlada indireta integral Biomm Middle East Inc. (Biomm ME) e Gabas Advanced Biotechnology Holding Company (Gabas Holding), para construção de uma planta na Arábia Saudita nos mesmos moldes do parque industrial da Biomm no Brasil, que irá produzir insulina humana recombinante.

No mesmo ano de constituição da JV Gabas, foi assinado um contrato entre a subsidiária integral Biomm International Inc. e a JV Gabas com o compromisso de transferência da tecnologia Biomm e assessoria na implantação da planta de produção na Arábia.

Em dezembro de 2015, Biomm e Gabas Holding optaram por uma renegociação dos termos acordados na sociedade da JV Gabas envolvendo Gabas Holding e a Biomm ME, resultando na alteração da participação societária inicial da Companhia de 49% (quarenta e nove por cento) para 15% (quinze por cento) do negócio, tendo como contrapartida a quitação das obrigações financeiras até então assumidas pela Biomm ME referente ao recurso inicial aportado na constituição da JV Gabas. Foi pactuado, ainda, termo de outorga de opção de compra de ações da JV Gabas em favor da Biomm ME, sendo que a Companhia, ao ter seu percentual de participação diluído, tem a opção de compra de até 15% da JV Gabas por US\$1,00 (um dólar).

Notas explicativas às demonstrações financeiras Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

1. Contexto operacional--Continuação

Projeto de transferência de tecnologia de produção de insulina para o Projeto Arábia Saudita--Continuação

Em razão do histórico de atrasos e diversos adiamentos na implantação do projeto que trazem incertezas em relação à sua efetividade, somado às dificuldades para estabelecer um plano de negócios consistente com cenários confiáveis, decorrentes, principalmente das especificidades do ambiente regulatório, político e econômico saudita, a Administração, em 31 de dezembro de 2016, decidiu reconhecer perda ao valor realizável da totalidade desse investimento.

Já em 2017, a JV Gabas renovou todas as licenças pendentes desde 2016, porém, a continuidade deste projeto depende ainda da obtenção de linhas de financiamentos, além de manutenção de aportes de capital por parte dos acionistas estrangeiros. Em 31 de dezembro de 2018 não houve evoluções significativas.

Outros assuntos

Em 30 de abril de 2018, por meio da Assembleia Geral Ordinária, foi aprovado o Plano de Opção de Compra de Ações destinado aos diretores estatutários e aos empregados em posição de comando da Companhia ou de suas subsidiárias, que sejam indicados e aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia. No âmbito do Plano, os beneficiários terão o direito de, observadas determinadas condições, subscrever ações da Companhia que sejam equivalentes a até 5% do número total de ações ordinárias de sua emissão. Em 31 de dezembro de 2018 ocorreu a outorga do referido plano. Para maiores informações e impactos contábeis vide Nota Explicativa 21.

No dia 7 de junho de 2018, foi homologado o aumento de capital no valor de R\$87.442 em razão da subscrição e total integralização de 12.473.938 ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal emitidas pela Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis e julgamentos

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como controladora e consolidado, respectivamente.

Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram elaboradas tomando como base os padrões internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidos pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* ("IFRIC"), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

Demonstrações financeiras individuais da controladora

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

A demonstração do valor adicionado, apesar de não requerida pelo IFRS, é obrigatória para as Companhias abertas no Brasil. Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período, sendo ajustada como informação suplementar às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC07 na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis e julgamentos--Continuação

b) Base de elaboração

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas com base no custo histórico como base de valor. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos na data da transação.

A Companhia avaliou eventos subsequentes até 27 de março de 2019, data em que as demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração.

c) Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia e a moeda de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas é o Real ("BRL" ou "R\$"). As informações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto onde indicado de outra forma.

As cotações das principais moedas que impactam as operações da Companhia são:

	Cotações ut conversõe	•
	31/12/2018	31/12/2017
Dólar Norte-Americano ("US\$")	3,8748	3,3080
Euro ("EUR" ou "€")	4,4390	3,9693
Rial Arábia Saudita ("SR")	1,0330	0,8821

d) <u>Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas</u>

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração efetue estimativa e adote premissas no seu melhor julgamento e baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes, que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, bem como os valores das receitas, custos e despesas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis e julgamentos--Continuação

d) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

As informações sobre as incertezas das premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota Explicativa nº 10 - redução ao valor recuperável de investimentos em controlada em conjunto:

Notas Explicativas n^{os} 11 e 12 - contabilização da vida útil e do valor residual dos bens do imobilizado e intangível;

Nota Explicativa nº 25 - valor justo de instrumentos financeiros.

A Companhia revisa suas estimativas e premissas anualmente. Os efeitos decorrentes dessas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas foram realizadas. Para efeito de análise de impactos futuros das estimativas utilizadas, a Companhia gerencia os efeitos por meio de um plano de negócios estratégico de longo prazo.

3. Consolidação

As controladas consolidadas em 31 de dezembro de 2018 são:

Empresas	% de participação 2017 e 2018	% do capital votante 2017 e 2018	Localização da sede
Biomm International Inc	100,00	100,00	Ilhas Virgens Britânicas
Biomm Middle East Inc (*)	100,00	100,00	Ilhas Virgens Britânicas
Biomm Russia (*)	100,00	100,00	Ilhas Virgens Britânicas

^(*) As participações apresentadas representam o percentual detido pela empresa investidora indiretamente no capital da Controlada.

Em 29 de abril de 2003, foi constituída a empresa Biomm International Inc., com sede na cidade de Road Town, Tortola, capital do território das Ilhas Virgens Britânicas. A Biomm subscreveu a totalidade das ações da Biomm International, contudo não houve integralização dessas ações, correspondentes a US\$50 mil, conforme permitido pela legislação daquele país.

As subsidiárias integrais da Biomm International, Biomm Middle East Inc e Biomm Russia Ltd. possuem sede também na cidade de Road Town. A Biomm Internacional subscreveu a totalidade das ações, correspondentes a US\$50 mil das novas empresas, conforme permitido pela legislação daquele país. As empresas foram constituídas para facilitar a negociação dos contratos internacionais. A Biomm Middle East está diretamente ligada ao projeto da Arábia Saudita e a Biomm Rússia encontra-se sem atividade operacional.

A Companhia possui investimento em controlada em conjunto. Vide Nota Explicativa nº 10 para mais informações.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

4. Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a) Bases de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas em conformidade com as práticas descritas na Nota Explicativa nº 2 e abrangem as demonstrações financeiras da controladora e das controladas sediadas no exterior, cujas demonstrações financeiras foram elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora e reconhecidas nas demonstrações financeiras individuais da Companhia pelo método da equivalência patrimonial.

Na consolidação foram eliminadas as participações da controladora nos patrimônios líquidos das controladas, bem como os saldos de ativos e passivos, receitas, custos, despesas e lucros não realizados, decorrentes de transações efetuadas entre as empresas.

As controladas diretas e indiretas da Companhia incluídas na consolidação estão relacionadas na Nota Explicativa nº 10 - Investimentos.

A controlada em conjunto e suas principais informações financeiras estão relacionadas na Nota Explicativa nº 10.

A demonstração do resultado reflete a participação da Companhia nos resultados operacionais da empresa com controle compartilhada. Eventual variação em outros resultados abrangentes da empresa controlada em conjunto é apresentada como parte de outros resultados abrangentes do Grupo. Adicionalmente, quando houver variação reconhecida diretamente no patrimônio da empresa controlada em conjunto, a Companhia reconhecerá sua participação em quaisquer variações, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

Quando uma empresa da Companhia realiza transações com sua controlada em conjunto, os lucros e prejuízos resultantes das transações são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas apenas na medida das participações nas controladas em conjunto não relacionadas à Companhia. O investimento em coligada ou joint venture é inicialmente registrado ao seu custo de aquisição. O investimento é subsequentemente registrado pelo método de equivalência.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

b) Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da transação em relação à moeda funcional na data da transação.

Ativos e passivos financeiros denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data.

As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são geralmente reconhecidas no resultado.

Itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio em vigor nas datas das transações iniciais.

Os ativos e passivos de operações no exterior são convertidos para real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para real às taxas de câmbio média do período apurado.

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação de operações no exterior são reconhecidas em "Outros resultados abrangentes" e acumuladas em "Ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido".

c) Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas conforme o serviço correspondente seja prestado, sendo registrados no resultado como despesas e deve ser estimada de maneira confiável conforme a proporção do tempo de prestação de serviço ao empregado.

Planos de contribuição definida

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

d) Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a obrigações de caixa de curto prazo. A Companhia considera equivalente de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor justo.

e) Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (*impairment*). Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

Depreciação

A depreciação é calculada com base no método linear ao longo das vidas úteis estimadas dos ativos, conforme a seguir apresentado:

- Edificações 66 a 67 anos;
- Máguinas e equipamentos 10 anos:
- Instalações 10 anos;
- Terrenos não são depreciados.

A depreciação é reconhecida no resultado.

f) Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

f) Ativos intangíveis--Continuação

Pesquisa e desenvolvimento

Gastos em atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os gastos de desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo forem tecnicamente e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos de desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos de desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

Os gastos com desenvolvimento envolvem custos incorridos com investimento em CMO (*Contract Manufacturing Organization*) conforme detalhes na Nota Explicativa nº 12.

Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Biomm e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico aos quais se relacionam.

Amortização

É calculada para amortizar o custo de itens do ativo intangível, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

g) Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos serviços ou produtos transferidos ao cliente mediante a satisfação das obrigações de desempenho definidas nos contratos com os clientes, considerando ainda os custos incorridos em conexão com as obrigações de desempenho. A receita é mensurada ao preço de transação excluindo impostos sobre vendas.

A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em seus contratos de receita, uma vez que a Companhia controla os serviços prestados em conexão com os contratos com clientes.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizados e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro.

A receita de juros é incluída na rubrica "Receita financeira", na demonstração do resultado.

h) <u>Impostos</u>

Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor na data em que o balanço foi apurado.

A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos ativos são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos somente na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

h) Impostos--Continuação

Impostos diferidos--Continuação

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal, e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

i) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando uma entidade da Companhia for parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação são diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) e são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com o CPC 47.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

i) <u>Instrumentos financeiros</u>--Continuação

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" (também referido como teste de "SPPI") sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. As aplicações financeiras e contas a receber da Companhia são classificadas na categoria de "ativos financeiros ao custo amortizado".

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados no momento de seu reconhecimento inicial em uma das duas categorias a seguir: (i) passivos financeiros a valor justo por meio do resultado; e (ii) passivos mensurados subsequentemente ao custo amortizado.

A Companhia não possui passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros da Companhia estão mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, e incluem os fornecedores, adiantamento a clientes, títulos a pagar, empréstimos, financiamentos e contratos de mútuo.

Mensuração ao valor justo

O valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; ou
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo.

O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia.

A Companhia mensura o valor justo de um ativo ou passivo observando os dados disponíveis no mercado tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

Notas explicativas às demonstrações financeiras Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

i) <u>Instrumentos financeiros</u>--Continuação

<u>Nível 1:</u> preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos:

<u>Nível 2:</u> inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);

<u>Nível 3:</u> premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas pela Companhia para a mensuração dos valores justos estão incluídas na Nota Explicativa nº 25 - Instrumentos financeiros e gestão de riscos.

i) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

A Companhia não possui provisões ou contingências relacionadas a demandas judiciais que deveriam ser provisionadas ou divulgados nas notas explicativas.

i) Custo de empréstimos

Custo de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo correspondente do ativo quando superiores aos rendimentos financeiros auferidos das aplicações dos recursos recebidos. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos.

A Companhia suspende a capitalização dos custos de empréstimos durante períodos em que suspende as atividades de desenvolvimento do ativo qualificável.

k) Ativos mantidos para venda

A Companhia classifica ativos mantidos para venda quando os valores contábeis forem recuperados principalmente por meio da venda, e não por meio do uso continuado. Esses ativos são mensurados ao valor contábil ou ao valor justo deduzido de custos de venda ou distribuição, dos dois o menor.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

k) Ativos mantidos para venda

O ativo imobilizado e o ativo intangível não estão sendo depreciados ou amortizados quando classificados como mantidos para venda e são apresentados separadamente como itens circulantes no balanço patrimonial.

I) Plano de pagamento baseado em acões

A Companhia emitiu em 2018 um plano de pagamento baseado em ações, no qual executivos da Companhia adquirem direito, mediante o cumprimento de condições específicos de títulos patrimoniais da Companhia ("transações liquidadas com títulos patrimoniais").

O custo de transações liquidadas com instrumentos patrimoniais é mensurado com base no valor justo na data em que foram outorgados. Para determinar o valor justo, a Companhia utiliza um especialista de avaliação externo, o qual utiliza um método de avaliação apropriado.

Este custo é reconhecido em despesas com benefícios a empregados (vide Nota 17) em conjunto com o correspondente aumento no patrimônio líquido (em outras reservas), ao longo do período em que há o serviço prestado (período de aquisição ou vesting period). A despesa acumulada reconhecida para transações que serão liquidadas com títulos patrimoniais em cada data de reporte até a data de aquisição (vesting date) reflete a extensão na qual o período de aquisição pode ter expirado e a melhor estimativa da Companhia sobre o número de outorgas que, em última instância, serão adquiridos. A despesa ou crédito na demonstração do resultado do período representam a movimentação na despesa acumulada reconhecida no início e no fim daquele período.

Quando os termos de uma transação liquidada com títulos patrimoniais são modificados (por exemplo, por modificações no plano), a despesa mínima reconhecida é o valor justo na data de outorga, desde que estejam satisfeitas condições originais de aquisição do direito. Uma despesa adicional, mensurada na data da modificação, é reconhecida para qualquer modificação que resulta no aumento do valor justo dos acordos com pagamento baseado em ações ou que, de outra forma, beneficie os empregados. Quando uma outorga é cancelada pela entidade ou pela contraparte, qualquer elemento remanescente do valor justo da outorga é reconhecido como despesa imediatamente por meio do resultado.

5. Novas normas e interpretações

a) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2018

Em 1º de janeiro de 2018 entrou em vigor as novas normas para tanto à Companhia aplicou as mesmas pela primeira vez somente após essa data, não sendo adotadas antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sidos emitidas, mas que ainda não estão em vigor.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

5. Novas normas e interpretações

a) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2018--continuação

CPC 47 - Receitas de Contratos com Clientes

O CPC 47, equivalente à norma internacional IFRS 15, estabelece um modelo de cinco etapas para contabilizar receitas decorrentes de contratos com clientes e exige que a receita seja reconhecida em um valor que reflita a contraprestação que a entidade espera receber em troca da transferência de bens ou serviços para um cliente.

O CPC 47 exige que as entidades exerçam julgamento, levando em consideração todos os fatos e circunstâncias relevantes ao aplicar cada etapa do modelo a contratos com seus clientes. A norma também especifica a contabilização dos custos incrementais de obtenção de um contrato e os custos diretamente relacionados ao cumprimento de um contrato. Além disso, a norma exige divulgações mais detalhadas.

A adoção do CPC 47 não teve um impacto significativo sobre o exercício de 2018.

CPC 48 - Instrumentos Financeiros

O CPC 48 - Instrumentos financeiros, equivalente à norma internacional IFRS 9, substitui o CPC 38 (equivalente à norma internacional IAS 39) para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018, reunindo todos os três aspectos da contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração; redução ao valor recuperável; e contabilidade de hedge.

Considerando a natureza dos instrumentos financeiros da Companhia não foi notado impacto relevante decorrente da aplicação da nova norma.

b) Pronunciamentos emitidos mas que não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2018

CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil

O CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil, emitido pelo CPC é equivalente à norma internacional IFRS 16 – Leases, emitida em janeiro de 2016 em substituição à versão anterior da referida norma (CPC 06 (R1), equivalente à norma internacional IAS 17). O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1). A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários – arrendamentos de ativos de "baixo valor" (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos).

Notas explicativas às demonstrações financeiras Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

5. Novas normas e interpretações--Continuação

b) <u>Pronunciamentos emitidos mas que não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2018</u>--Continuação

CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil--Continuação

Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

O CPC 06 (R2), que vigora para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas no CPC 06 (R1).

A Companhia planeja adotar o CPC 06 (R2) retrospectivamente para cada período de divulgação anterior apresentado. A Companhia optará por adotar a norma para contratos que foram anteriormente identificados como arrendamentos que utilizam o CPC 06 (R1) e o ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. Portanto, a Companhia não aplicará a norma a contratos que não tenham sido previamente identificados como contratos que contenham um arrendamento nos termos do CPC 06 (R1) e o ICPC 03.

A Companhia optará por utilizar as isenções propostas pela norma para contratos de arrendamento cujo prazo se encerre em 12 meses a partir da data da adoção inicial, e contratos de arrendamento cujo ativo objeto seja de baixo valor. A Companhia possui arrendamentos de determinados equipamentos de escritório (como impressoras e copiadoras) que são considerados de baixo valor.

Em 2018, a Companhia realizou uma avaliação preliminar de impacto dos aspectos da IFRS 16 e estima que reconhecerá obrigações e ativos adicionais de arrendamento no montante aproximado de R\$718 no Individual e no Consolidado em 1º de janeiro de 2019.

Alterações no CPC 18 (R2): Investimento em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto

As alterações esclarecem que a entidade deve aplicar o CPC 48 a investimentos de longo prazo em uma coligada ou joint venture para a qual o método da equivalência patrimonial não se aplique, mas que, em substância, faça parte do investimento líquido na coligada ou joint venture (investimento de longo prazo). Como o Grupo não possui investimentos de longo prazo em sua coligada e joint venture, as alterações não terão impacto sobre suas demonstrações financeiras consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

5. Novas normas e interpretações--Continuação

b) <u>Pronunciamentos emitidos mas que não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2018</u>-Continuação

ICPC 22 - Incerteza sobre o Tratamento do Imposto de Renda

O ICPC 22 descreve como determinar a posição fiscal e contábil quando houver incerteza sobre o tratamento do Imposto de Renda. A interpretação requer que as Companhias:

- Determinem se posições fiscais incertas são avaliadas separadamente ou como um grupo; e
- Avaliem se é provável que a autoridade fiscal aceite a utilização de tratamento fiscal incerto, ou proposta de utilização, por uma sociedade nas suas declarações de imposto de renda:
- Em caso positivo, a Companhia deve determinar sua posição fiscal e contábil em linha com o tratamento fiscal utilizado ou a ser utilizado nas suas declarações de Imposto de Renda.
- Em caso negativo, a Companhia deve refletir o efeito da incerteza na determinação da sua posição fiscal e contábil

A interpretação é aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019. A Companhia pode aplicar a interpretação com base na aplicação retrospectiva integral ou na aplicação retrospectiva modificada sem reapresentação de informações comparativas retrospectiva ou prospectivamente. A expectativa dos Administradores da Companhia é que a adoção dessas orientações não produzirá impactos significativos sobre as demonstrações financeiras.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	Contro	oladora	Consolidado		
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	
Caixa e depósitos bancários	86	111	7.788	6.848	
Aplicações financeiras	8.026	1.782	8.026	1.782	
	8.112	1.893	15.814	8.630	

Caixa e equivalentes de caixa compreendem os valores de caixa, certificados de depósitos bancários e aplicações financeiras com riscos insignificantes de alteração de valor justo e resgatáveis em até 90 (noventa) dias.

7. Depósitos bancários no exterior

	Controladora	Controladora e Consolidado		
	31/12/2018	31/12/2017		
Depósitos bancários no exterior	5.167	3.704		
	5.167	3.704		

Os depósitos bancários no exterior foram convertidos na moeda funcional da Companhia, e são representados por disponibilidade em dólares e euros mantidos no exterior para futuros pagamentos de fornecedores estrangeiros para a implantação da unidade fabril em Nova Lima.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

8. Aplicações financeiras

	Controladora e Consolidado		
	31/12/2018	31/12/2017	
Fundos de investimento - moeda nacional	49.104	25.089	
CDB CP - moeda nacional	8.477	4.031	
CDB LP - moeda nacional	7.582	7.170	
Aplicações financeiras - Time Deposit USD	9.449	7.880	
	74.612	44.170	
Circulante Não circulante	67.030 7.582	32.480 11.690	
1400 Circulatite	1.302	11.030	

Em 2018, a Companhia aplicou os recursos na modalidade fundo de investimento, atrelado a um banco de primeira linha sediado no Brasil. Esta aplicação é de baixo risco de crédito e em títulos públicos federais, além de alocações em mercados à vista e/ou derivativos de taxas de juros, com rentabilidade média ponderada nos últimos 12 meses de 6,42% (99,92% do CDI).

O saldo de aplicações financeiras do ativo não circulante, visam garantir a emissão de fianças bancárias contratadas em instituições bancárias de primeira linha. Nesse sentido, houve as cessões de título de crédito (renda fixa) em decorrência das contratações de fianças bancárias, que tem como objeto a garantia complementar de:

- (i) R\$2.737 (R\$2.602 em 31 de dezembro de 2017) ao contrato de financiamento junto à FINEP;
- (ii) R\$1.130 (R\$1.071 em 31 de dezembro de 2017) ao contrato de financiamento junto à FAPEMIG:
- (iii) R\$2.745 (R\$5.965 em 31 de dezembro de 2017) ao contrato de financiamento junto ao BNDES;
- (iv) R\$970 (R\$2.052 em 31 de dezembro de 2017) ao contrato de financiamento junto ao BDMG.

9. Estoques

Controladora	Controladora e Consolidado		
31/12/2018	31/12/2017		
16.358	16.358		
501	-		
49	54		
17	-		
16.925	16.412		
	31/12/2018 16.358 501 49 17		

O saldo de estoques em poder de terceiros refere-se à aquisição de produtos vinculados ao contrato junto a Celltrion Healthcare.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

10. Investimentos

a) A composição dos investimentos é como segue:

	Participação no capital	Patrimônio líquido		no.pagao			Resultado de equivalência		
	social	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017		
Controladas direta:									
Biomm International	100%	1.117	626	1.117	626	401	(168)		
Biomm Middle East	100%	(42)	(26)	(42)	(26)	(10)	(8)		
Biomm Russia Controlada em conjunto:	100%	(36)	(22)	(36)	(22)	(10)	(4)		
JV Gabas	15%	-	-	-	-	-	-		
Impairment Gabas				-	-	-	-		
				1.039	578	381	(180)		

No ano de 2016, foi feito realizado um *impairment* do projeto da JV Gabas no valor de R\$4.110, além da provisão do ajuste acumulado de conversão sobre este investimento no valor de R\$2.260. Em 2018, a Administração manteve essa provisão conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.

b) A movimentação dos investimentos é como segue:

	31/12/2018	31/12/2017
Saldo inicial	578	754
Resultado de equivalência patrimonial	381	(180)
Ajuste acumulado de conversão	80	4
Saldo final	1.039	578

Notas explicativas às demonstrações financeiras Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

10. Investimentos--Continuação

c) <u>Os saldos totais das contas patrimoniais e de resultados das sociedades controladas, diretamente e indiretamente, e controladas em conjunto, considerados nas demonstrações financeiras consolidadas, podem ser assim sumarizados:</u>

	Biomm International		Biomm M	iddle East	Biomm	Russia
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Balanço patrimonial						_
Ativo circulante	7.702	6.737	-	-	-	-
Ativo não circulante, permanente e intangível	5.769	4.906	-	-	-	-
Total do ativo	13.471	11.643	-	-	-	-
Passivo circulante	2.177	2.329	-	-	-	-
Passivo não circulante	10.177	8.688	42	26	36	22
Patrimônio líquido	1.117	626	(42)	(26)	(36)	(22)
Total do passivo	13.471	11.643	-	-	-	-
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Resultado						
Receita líquida	-	-	-	-	-	-
Custo dos serviços prestados	-	-	-	-	-	-
Lucro bruto	-	-	-	-	-	-
Despesas gerais e administrativas	328	(202)	(10)	(8)	(10)	(4)
Outras despesas e/ou receitas	73	-	-	-	-	-
Resultado financeiro	-	34	-	-	-	-
Prejuízo líquido	401	(168)	(10)	(8)	(10)	(4)

^(*) Representa 100% dos saldos do investimento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

11. Imobilizado (controladora e consolidado)

		31/12/2018		31/12/2017
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Instalações	5.078	(561)	4.517	48
Máquinas e equipamentos	5.281	(1.937)	3.344	798
Equipamentos de proc. de dados	692	(358)	334	158
Construções em andamento	107.603	` -	107.603	76.834
Edificações	26.549	(566)	25.983	8.608
Terrenos	13.851	` -	13.851	13.851
Adiantamento a fornecedor de imobilizado	-	-	-	55.075
Outros	913	(273)	640	297
	159.967	(3.695)	156.272	155.669

A movimentação do ativo imobilizado é como segue:

	Tx. deprec.	31/12/2017	Adições	Depreciação	Transferência	Baixa	31/12/2018
Instalações	10%	48	59	(498)	4.908	-	4.517
Máquinas e equipamentos	10%	798	22	(447)	2.971	-	3.344
Equipamentos de proc. de dados	20%	158	63	(150)	263	-	334
Construções em andamento	-	76.834	1.614	` -	29.155	-	107.603
Edificações	1,5%	8.608	-	(411)	17.786	-	25.983
Terrenos	-	13.851	-	` -	-	-	13.851
Adiantamento a fornecedor de							
imobilizado	-	55.075	482	-	(55.557)	-	-
Outros	19%	297	8	(125)	460	=	640
		155.669	2.248	(1.631)	(14)	-	156.272

	Tx. deprec.	31/12/2016	Adições	Depreciação	Transferência	Baixa	31/12/2017
Instalações	10%	54	1	(7)	-	-	48
Máquinas e equipamentos	10%	1.125	12	(151)	-	(188)	798
Equipamentos de proc. de dados	20%	192	6	(39)	-	(1)	158
Construções em andamento	-	71.080	5.377	` -	377		76.834
Edificações	1,5%	8.763	-	(155)	-	=	8.608
Terrenos	-	13.851	-	-	-	-	13.851
Adiantamento a fornecedor de							
imobilizado	-	51.760	3.692	-	(377)	-	55.075
Outros	19%	323	38	(64)	` =	=	297
		147.148	9.126	(416)	-	(189)	155.669

A rubrica "Construções em andamento no imobilizado" refere-se aos gastos da Companhia com os fornecedores prestadores de serviço para a construção da unidade fabril em Nova Lima.

A despesa de depreciação no ano, no montante de R\$1.631 (R\$416 em 31 de dezembro de 2017), foi reconhecida no resultado na conta de "Despesas administrativas".

Em 31 de dezembro de 2018, foram capitalizados juros sobre empréstimos e financiamentos no imobilizado, cujo montante foi de R\$1.325 (R\$3.172 em 31 de dezembro de 2017) na controladora e no consolidado. Os referidos encargos foram capitalizados à taxa média de 7.92% a.a.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

11. Imobilizado (controladora e consolidado)--Continuação

Controladora e consolidado

Em 31 de dezembro de 2018, propriedades com valor contábil de (i) R\$3.165 (equivalente ao valor do terreno adquirido para a construção da fábrica em Nova Lima) e (ii) R\$19.449 (equivalente ao valor do terreno e edificações localizada em Jaboatão dos Guararapes) estão sujeitas a uma fiança registrada para garantir empréstimos bancários.

12. Intangível

A movimentação do intangível pode ser resumida como segue:

					Controladora		
	Tx. amortiza	ção 31/1	2/2017	Adição	Amortização	Transferência	31/12/2018
Testes e protótipos em							
andamento (*)	-	2	28.869		-	-	28.983
Software	20%		214	222	(100)	-	336
Marcas e Patentes			-	-	` (9)	14	5
		2	9.083	336	(109)	14	29.324
					Controladora		
		Tx. amor	tização	31/12/2016	Adição	Amortização	31/12/2017
Testes e protótipos em	andamente (*)			28.554	315	_	28.869
Software	andamento ()	209	%	287	6	(79)	214
Continuio		20.	_	28.841	321	(79)	29.083
				20.0		(1.0)	
	Tx.					Variação	
	Amortização	31/12/2017	Adição	Amortização	Transferência	cambial	31/12/2018
Testes e protótipos em							
andamento (*)	_	29.438	114	_	_	98	29.650
Software	20%	214	222	(100)	-	-	336
Marcas e patentes	2070			(9)	14	-	5
	_	29.652	336	(109)	14	98	29.991
	=			•			
_	Consolidado						
						Variação	
_	Tx. Amortização	31/12/2	2016	Adição	Amortização	cambial	31/12/2017
Testes e protótipos							
em andamento*	-	29	.115	315	_	8	29.438
Software	20%	_	287	6	(79)	-	214
		29	.402	321	(79)	8	29.652

C--4--1--1---

^(*) Em 2018, o saldo de testes e protótipos não estão concluídos, com isto, a Companhia não realizou avaliação de expectativa de vida útil definida ou indefinida. Esta avaliação será feita no momento em que o referido desenvolvimento estiver concluído.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

12. Intangível -- Continuação

A despesa de amortização no ano, no montante de R\$109 (R\$79 em 31 de dezembro de 2017), foi reconhecida no resultado na conta de "Despesas administrativas".

O valor mais expressivo do intangível da Companhia refere-se a custos incorridos com investimento em CMO (*Contract Manufacturing Organization*) para testes clínicos e pré-clínicos, para produção de insulina na Fábrica de Nova Lima, ainda em fase de desenvolvimento.

No ano de 2014, foi iniciado o processo de desenvolvimento interno para a futura produção de insulina Glargina. Os gastos com pessoal de pesquisa envolvidos no desenvolvimento desse protótipo, quando incorridos, são ativados na classe do intangível.

Por fim, foram capitalizados juros sobre empréstimos e financiamentos no intangível, cujo montante foi de R\$114 (R\$315 em 31 de dezembro de 2017) na controladora e no consolidado. Os referidos encargos foram capitalizados à taxa média de 7,92% a.a.

13. Fornecedores

	Contro	oladora	Consolidado		
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	
Circulante	18.809	17.956	18.915	18.032	
	18.809	17.956	18.915	18.032	

O saldo de fornecedores se trata de compromissos referentes a aquisição de estoques e a construção da fábrica em Nova Lima.

14. Títulos a pagar

	Controladora	Controladora e Consolidado		
	31/12/2018	31/12/2018 31/12/2017		
Não circulante	15.939	15.476		
	15.939	15.476		
	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·			

O montante de títulos a pagar refere-se à aquisição de três lotes de terreno localizados na cidade de Jaboatão dos Guararapes (PE) e os direitos possessórios e aquisitivos do trecho de uma rua localizada entre esses lotes, além dos bens móveis, utilidades e edificações incorporados ao ativo da Companhia. O saldo a pagar é corrigido pelo IPC-FIPE em bases anuais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

15. Empréstimos e financiamentos (controladora e consolidado)

Características dos empréstimos

Instituição financeira	Modalidade	Data da captação	Vencimento final	Valor captado	Juros anuais	31/12/2018	31/12/2017
					T !! D		
					TJLP +		
BNDES	Emprést. longo prazo	23/01/2014	2025	60.000	2,24%	57.761	60.333
BDMG FINEM	Emprést. longo prazo	23/09/2016	2025	21.000	TJLP + 3%	20.271	21.129
BDMG FAPEMIG	Emprést. longo prazo	23/01/2014	2025	30.000	5,32%	28.004	29.442
FINEP	Emprést. longo prazo	14/03/2014	2027	46.730	TJLP	43.274	45.907
Custos de captação de empréstimos						(1.991)	(1.841)
				157.730	-	147.319	154.970
Empréstimos curto prazo			•		='	16.916	20.363
Custos de captação de emprés	timos					(294)	(236)
Total empréstimos curto prazo						16.622	20.127
Empréstimos longo prazo						132.394	136.448
Custos de captação de emprés	timos					(1.697)	(1.605)
Total empréstimos longo prazo						130.697	134.843

Movimentação dos empréstimos

		31/12/2017		Pri	incipal	,	Juros		31/12/2018	
_		Não			_		_			
Contrato	Circulante	e circulante	Total	Adições	Pagamentos	s Adições	Pagamentos	Circulante	Não circulante	Total
BNDES	7.886	52.447	60.333	-	(3.202)	4.928	(4.298)	9.107	48.654	57.761
BDMG - FINEM	2.696	18.433	21.129	-	(1.094)	1.907	(1.671)	3.197	17.074	20.271
FAPEMIG	3.817	25.625	29.442	-	(1.563)	1.474	(1.349)	4.500	23.504	28.004
FINEP	5.964	39.943	45.907	-	(2.928)	2.892	(2.597)	112	43.162	43.274
TOTAL	20.363	136.448	156.811	-	(8.787)	11.201	(9.915)	16.916	132.394	149.310

Os montantes registrados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

2020	18.006
2021	20.911
2022	20.911
2023	20.911
2024 e após	49.958
	130.697

Além das garantias informadas anteriormente, (Nota Explicativa nº 8 - Aplicações financeiras e Nota Explicativa nº 11 - Imobilizado), os empréstimos são garantidos por fianças dos acionistas controladores proporcionais às suas participações.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

16. Salários e encargos sociais

	Controladora e consolidado		
	31/12/2018	31/12/2017	
Salários e encargos	1.084	8.080	
Participação de resultados	2.770	2.501	
Provisão de férias e 13º salário	790	582	
	4.644	3.891	

17. Transações com partes relacionadas

a) <u>A seguir os saldos decorrentes das transações entre partes relacionadas, em 31 de</u> dezembro de 2018 e 2017:

	Controladora		
	31/12/2018	31/12/2017	
Ativo Partes relacionadas - Contas a receber - Biomm International (i)	2.078	1.774	
Passivo Partes relacionadas - Biomm International (ii)	5.023	4.288	
	Conso	lidado	
	31/12/2018	31/12/2017	
Passivo Adiantamento de clientes estrangeiros (iii)	10.169	8.682	

⁽i) O saldo a receber em 31 de setembro de 2018, na controladora, refere-se ao saldo de Royalties sobre os direitos de tecnologia de produção de insulina da controladora para sua controlada direta, Biomm International. Esse saldo não possui a incidência de juros, é mantido em dólares norte-americanos e não possui provisões para perdas.

⁽ii) O saldo a pagar com a Biomm International refere-se a mútuo firmado entre as partes. Esse saldo não possui a incidência de juros, e é mantido em dólares norte-americanos.

⁽iii) Refere-se a saldo recebido sobre contrato de transferência de Tecnologia entre JV Gabas e Biomm International.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

17. Transações com partes relacionadas--Continuação

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração paga ao pessoal-chave da Administração está apresentada a seguir:

	31/12/2018	31/12/2017
Salários e outros benefícios de curto prazo a empregados	8.848	9.204
Plano de pagamento baseado em ações	1.828	-
Outros benefícios de longo prazo	91	136
·	10.767	9.340

Os benefícios de curto prazo a empregados e administradores contemplam honorários e encargos sociais aos diretores e comitê estratégico, assistência médica e outros benefícios não monetários, além de participação nos resultados aos diretores mediante o cumprimento das metas aprovadas pelo Conselho. Os benefícios de longo prazo contemplam o plano de previdência privada dos diretores.

Em 30 de abril de 2018, através da Assembleia Geral Ordinária foi aprovada a fixação da verba global anual de 2018 destinada à remuneração fixa e variável da Administração da Companhia, no valor de até R\$11.199.

18. Plano de previdência privada

A Companhia oferece para seus colaboradores um Plano de Previdência Complementar do tipo PGBL - Plano Gerador de Benefícios Livres, de contribuição definida. As principais características deste plano são:

- (a) Fundo de contribuição definida: o participante terá ao final do plano o somatório dos recursos aportados pela Companhia e pelo participante e os rendimentos do plano ao longo do período de participação.
- (b) Contribuição normal da patrocinadora: a Companhia contribuirá em até 2,5% do salário nominal do participante, limitado à contribuição normal do participante.
- (c) A Companhia arcará com as taxas de administração do plano e com as despesas bancárias.
- (d) O benefício será concedido desde que observados os seguintes pré-requisitos: idade mínima de 60 anos; estar aposentado pela previdência oficial; tempo mínimo de contribuição ao plano de previdência privada de cinco anos.

No exercício de 2018, a Companhia incorreu em R\$197 (R\$205 em dezembro de 2017) com despesas de contribuição nos planos de pensão.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

19. Cobertura de seguros

A Companhia mantém apólices de seguro contratadas com uma das principais seguradoras do país, nas quais foram definidas por orientação de especialistas do segmento, e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria e, consequentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes. As principais coberturas de seguro são:

	Controladora		
	31/12/2018	31/12/2017	
Riscos de engenharia	139.801	139.801	
Responsabilidade civil executivos	25.000	25.000	
Responsabilidade civil geral (Engenharia)	6.000	6.000	
Incêndio, explosões e fenômenos da natureza	29.413	29.622	
Riscos diversos e recomposição de documentos	1.050	1.000	

20. Imposto de renda e contribuição social (controladora e consolidado)

O imposto de renda e a contribuição social são registrados com base na receita reconhecida e nos custos e despesas incorridos pelo regime de competência. Devido ao atual estágio da Companhia, não foram auferidos imposto de renda e contribuição social correntes no exercício de 2018. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social sobre o lucro, no montante total de R\$192.089 (31 de dezembro de 2017 - R\$150.186). Tal valor não está registrado contabilmente devido à inexistência de histórico de rentabilidade na Companhia e pelo estágio ainda pré-operacional da Companhia, conforme Nota 1.

a) O imposto de renda e a contribuição social diferidos apresentam a seguinte composição:

	Imposto de renda e contribuição social - diferido (controladora e consolidado)		
	31/12/2018	31/12/2017	
Diferença temporária sobre variação cambial não realizada	230	92	
Base de prejuízo fiscal - limitada a 30% sobre o total de IR e CSLL diferido passivo	(69)	(28)	
Total	161	64	
Alíquotas vigentes (25% de IRPJ e 9% de CSLL)	34%	34%	
Total do IRPJ e da CSLL diferidos - passivo líquido	55	22	
Total do IRPJ e da CSLL diferidos - ativo	(23)	(9)	
Total do IRPJ e da CSLL diferidos - passivo	78′	31	
Total do IRPJ e da CSLL diferidos - passivo líquido	55	22	

Notas explicativas às demonstrações financeiras Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

20. Imposto de renda e contribuição social (controladora e consolidado)-Continuação

b) Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

Saldo em 31 de dezembro de 2017	22
Prejuízo fiscal e base negativa realizados	(14)
Variação cambial tributada pelo regime de caixa	47
Saldo em 31 de dezembro de 2018	55

c) Conciliação da receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social

A seguir a reconciliação dos montantes de imposto de renda e contribuição social, apurados em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

	31/12/2018	31/12/2017
Prejuízo líquido antes do imposto de renda e contribuição social Alíquota nominal (34% IR/CS)	(42.529) 14.460	(41.032) 13.951
Adições permanentes	(772) 513	(1.165) 383
Exclusões permanentes Diferido não constituído	(14.234)	(13.203)
Diferença temporária Imposto de renda e contribuição social	(33)	2.938 2.904
Taxa efetiva	0%	-7%

21. Patrimônio líquido

A movimentação acionária e do capital social da Companhia está demonstrada a seguir:

		Quantidade	e de ações (*)		
Evento	Data	Ordinárias	Preferenciais	Capital social	Valor da ação
Saldo em 31/12/2016	31/12/2016	30.827.321	-	168.584	-
	29/03/2017 a				
Aumento de capital	12/05/2017	4.481.455	-	31.416	7,01
Saldo em 31/12/2017	31/12/2017	35.308.776	-	200.000	-
	28/02/2018 a				
Aumento de capital	25/05/2018	12.473.938	-	87.442	7,01
Saldo em 31/12/2018	31/12/2018	47.782.714	-	287.442	-

^(*) Número de ações apresentados por números inteiros

Notas explicativas às demonstrações financeiras Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

21. Patrimônio líquido--Continuação

No dia 12 de junho de 2017, foi homologado o aumento de capital no valor de R\$31.416 em razão da subscrição e total integralização de 4.481.455 ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal emitidas pela Companhia. No dia 7 de junho de 2018, foi homologado o aumento de capital no valor de R\$87.442 em razão da subscrição e total integralização de 12.473.938 ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal emitidas pela Companhia.

O capital total autorizado e integralizado da Companhia é de R\$287.442. Os principais acionistas da Companhia em 31 de dezembro de 2018 são o Grupo TMG (16,44% das ações), BNDESPAR (12,23% das ações), W. Mares Guia (12,20% das ações), Grupo Emrich (8,96% das ações), Grupo Vinci (8,79% das ações), BDMGTEC (8,46% das ações), H. Mares Guia (7,08% das ações), o Grupo Gaetani (5,79% das ações), Grupo Cayuga (5,29% das ações). Os acionistas remanescentes somam 14,76% das ações.

Reserva de capital

O valor da reserva é decorrente da subscrição com ágio, ocorrida em 2009. Adicionalmente, a reserva inclui os montantes relacionados ao plano de pagamento baseado em ações da Companhia.

Dividendos

Aos acionistas é garantido um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado do exercício, calculado nos termos da legislação societária.

Plano de opção de compra de ações

Em 30 de abril de 2018, por meio da Assembleia Geral Ordinária, foi aprovado o Plano de Opção de Compra de Ações destinado aos diretores estatutários e aos empregados em posição de comando da Companhia ou de suas subsidiárias, que sejam indicados e aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia. O Plano é administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, observadas as limitações constantes do Plano.

No âmbito do Plano, os beneficiários terão o direito, observadas determinadas condições, de subscrever ações da Companhia que sejam equivalentes a até 5% do número total de ações ordinárias de sua emissão. Em 31 de dezembro de 2018, foram outorgadas 809.217 opções do referido plano.

As opções concedidas aos executivos elegíveis da Companhia, mediante "Contrato de Outorga de Opção de Compra de Ações", estão sujeitas ao cumprimento dos períodos de vesting, conforme cronograma abaixo, ou à ocorrência de Evento e Liquidez da Companhia, no qual ocorra transferência dos acionistas controladores ações em quantidade superior a 80% do total de ações.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

21. Patrimônio líquido--Continuação

Plano de opção de compra de ações--Continuação

As condições de exercício das opções outorgadas em 31 de dezembro de 2018 têm as seguintes características:

- a) 1º lote (correspondente a 70% do total de opções outorgadas): cumprimento dos períodos de vesting, conforme cronograma abaixo:
 - (i) exercício de até 21% do total das Opções do 1º Lote a partir da data de assinatura do Contrato de Opção;
 - (ii) exercício de até 14% do total das Opções do 1º Lote a partir de 20 de fevereiro de 2019:
 - (iii) exercício de até 14% do total das Opções do 1º Lote a partir de 20 de fevereiro de 2020: e
 - (iv) exercício de até 21% do total das Opções do 1º Lote a partir de 19 de fevereiro de 2021.
- b) 2º lote: exercício de até 30% do total das opções outorgadas, sujeito à ocorrência de um evento de liquidez dentro do prazo de 10 (dez) anos contados da assinatura do Contrato de Opção.

O preço de exercício corresponde ao valor de R\$11,53 (que corresponde ao valor por ação fixado no aumento de capital da Companhia homologado pelo Conselho de Administração da Companhia em 30 de janeiro de 2014) atualizado *pro rata temporis* pela variação positiva do IPC-A mais 4% (quatro por cento) entre 30 de janeiro de 2014 e 31 de dezembro de 2018. Adicionalmente, o beneficiário deverá se comprometer a utilizar até 50% do seu bônus anual e nesse caso, a Companhia atribuirá Bônus Complementar no mesmo valor do bônus destinado para exercício da opção a ser utilizado exclusivamente para exercício da opção.

O valor justo na data da outorga, bem como as principais premissas utilizadas de acordo com o modelo de precificação Black-Scholes foram as seguintes:

Premissas	1º lote
Valor justo médio na data da outorga	3,08
Preço da ação	8,50
Volatilidade do preço da ação	30%
Taxa de retorno livre de risco	3%
Vigência média da opção (meses)	109

A volatilidade do preço da ação prevista é baseada na volatilidade histórica ajustada desde ao início da série histórica em 11/02/2000, sendo 230 meses anteriores à data da outorga.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

21. Patrimônio líquido--Continuação

Os custos do Bônus Complementar, no qual a Companhia atribuirá ao beneficiário montante similar ao valor do bônus do beneficiário destinado ao exercício das opções, conforme Contrato de Outorga de Opção de Compra de Ações, são mensurados pelo valor justo das ações na data da outorga, tendo por base o valor de mercado das ações ordinárias da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2018, o impacto no patrimônio líquido foi de R\$1.828 (Controladora e Consolidado) (0 em 31 de dezembro de 2017).

22. Receitas Líquida

	Contro	Controladora		olidado
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Vendas brutas de produtos e serviços	1.619	133	1.619	133
Impostos e outras deduções	(53)	(30)	(53)	(30)
	1.566	103	1.566	103

23. Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Gasto com pessoal	(20.782)	(19.876)	(20.782)	(19.876)
Depreciação e amortização	(1.740)	(495)	(1.740)	(495)
Serviços de terceiros	(5.625)	(6.457)	(5.882)	(6.671)
Gastos de infraestrutura	(4.021)	(4.108)	(4.021)	(4.108)
Gastos com manutenção	` (480)	` (371)	` (480)	` (371)
Despesas com viagens	(1.359)	(1.470)	(1.358)	(1.470)
Taxas tributárias	(1.924)	(998)	(1.928)	(998)
Outras despesas administrativas	(1.297)	(1.468)	(728)	(1.468)
Custos	(1.321)	(67)	(1.321)	(67)
	(38.549)	(35.310)	(38.240)	(35.524)
Representado por:				
Custos	(1.321)	(67)	(1.321)	(67)
Despesas gerais e administrativas	(32.349)	(31.023)	(32.604)	(31.237)
Outras despesas	(4.879)	(4.220)	(4.315)	(4.220)
Total	(38.549)	(35.310)	(38.240)	(35.524)

O incremento no valor da depreciação e amortização se deve, principalmente, a depreciação da estrutura em funcionamento da sede em Nova Lima.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

24. Receitas e despesas financeiras

	Contro	Controladora		lidado
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Receitas financeiras:	-			
Juros	4.425	3.312	4.512	3.336
Descontos financeiros obtidos	582	68	582	68
Variação cambial	8.330	7.214	8.331	7.230
	13.337	10.594	13.425	10.634
Despesas financeiras:				
Juros sobre empréstimos	(9.762)	(7.971)	(9.762)	(7.971)
Juros passivos	(43)	(65)	(43)	(64)
Tarifas bancárias e IOF	(843)	(1.064)	(844)	(1.065)
Variação cambial	(8.616)	(7.139)	(8.631)	(7.145)
	(19.264)	(16.239)	(19.280)	(16.245)
Total	(5.927)	(5.645)	(5.855)	(5.611)

25. Lucro (prejuízo) por ação

a) <u>Básico</u>

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício.

	31/12/2018	31/12/2017
Prejuízo do exercício Quantidade média ponderada de ações emitidas - ordinárias (milhares)	(42.562) 42.402	(38.128) 33.454
Prejuízo básico por ação - R\$	(1,01)	(1,14)

b) Diluído

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia emitiu um plano de pagamento baseado em ações. Em decorrência do resultado do exercício as opções não são consideradas para fins de diluição, uma que vez que sua conversão diminuiria o prejuízo por ação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

26. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Fatores de risco financeiro

A Companhia encontra-se em fase pré-operacional.

As operações da Companhia são afetadas pela conjuntura econômica brasileira, expondo-a a riscos de mercado como, taxa de câmbio, taxa de juros, risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco financeiro da Companhia se concentra em minimizar potenciais efeitos adversos de mercado.

A Companhia não utilizou instrumentos derivativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

1) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado que afetam a Companhia são: risco cambial e taxa de juros.

a) Risco cambial

A exposição cambial da Companhia implica riscos de mercado associados às oscilações cambiais do real em relação principalmente ao dólar norte-americano e euro. Os compromissos futuros da Companhia em moeda estrangeira incluem pagamentos a fornecedores estrangeiros e partes relacionadas.

No caso de desvalorização do real em relação às moedas estrangeiras, nas quais os compromissos estão atrelados, a Companhia incorrerá em acréscimo monetário com relação a tais compromissos.

Os riscos cambiais específicos da Companhia estão associados às exposições geradas por seus compromissos assumidos de curto e longo prazos em moeda estrangeira.

A administração da exposição cambial da Companhia considera diversos fatores econômicos atuais e projetados, além das condições de mercado.

A Companhia gerencia risco cambial, sobre sua expectativa de investimentos em moeda estrangeira, dentro de seu plano de investimentos em sua nova unidade industrial, utilizando como instrumento financeiro a expatriação dos recursos para conta corrente no exterior em moeda estrangeira, no montante previsto para liquidação de futuros compromissos em moedas estrangeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

26. Instrumentos financeiros e gestão de riscos--Continuação

Fatores de risco financeiro--Continuação

- 1) Risco de mercado--Continuação
 - a) Risco cambial -- Continuação

Em 31 de dezembro de 2018, uma parte dos compromissos financeiros da Companhia, já contratados, está atrelada ao dólar totalizando nesta data US\$4.779 e ao euro totalizando nesta data EUR 54. Os valores correspondentes em reais eram de R\$18.518 e R\$240 respectivamente, utilizando a taxa de câmbio de fechamento em 31 de dezembro de 2017 de 3,8748 (reais por unidade de dólar) e 4,4390 (reais por unidade de euro). A Companhia possui ativos em dólares e euros, aplicados no exterior, por conta dos futuros investimentos previstos em seu projeto da construção da fábrica em Nova Lima.

	Consolidado				
	31/12/	2018	31/12/	2017	
	Moeda		Moeda		
	estrangeira	Reais	estrangeira	Reais	
Caixa e equivalente de caixa disponível no exterior US\$	1.991	7.714	2.033	6.725	
Depósitos bancários e aplicações financeiras US\$	3.578	13.866	3.502	11.584	
Compromissos em US\$	(4.779)	(18.518)	(4.779)	(15.808)	
Caixa líquido em US\$	790	3.062	756	2.501	
Caixa disponível no exterior EUR	2	9	3	12	
Depósitos bancários e aplicações financeiras EUR	169	750	8	32	
Compromissos em EUR	(54)	(240)	(7)	(28)	
Caixa líquido em EUR	117	519	4	16	

Considerando eventuais exposições cambiais, o cenário I abaixo apresenta o efeito no resultado para os próximos 12 meses considerando a projeção do dólar e euro.

Com todas as outras variáveis mantidas constantes estão demonstrados no cenário II e no cenário III os impactos, para os próximos 12 meses, de uma possível valorização do real para saldos ativos e desvalorização do real para saldos passivos em 25% e 50%, respectivamente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

26. Instrumentos financeiros e gestão de riscos--Continuação

Fatores de risco financeiro--Continuação

1) Risco de mercado--Continuação

a) Risco cambial--Continuação

	Consolidado			
	Cenário (Prováve	-	Cenário II (- 25%) *	Cenário III (- 50%) *
Exposição cambial líquida em 31 de dezembro de 2018 em US\$ - Análise exposição para os próximos 12 meses Taxa em US\$ em 31/12/2018 Taxa cambial estimada conforme cenários Diferenças entre taxas Impacto em reais	790 3,8748 3,6700 (0,2048) (162)	(i)	790 3,8748 2,7525 (1,1223) (887)	790 3,8748 1,8350 (2,0398) (1.611)
Exposição cambial líquida em 31 de dezembro de 2018 em € - Análise exposição para os próximos 12 meses Taxa em € em 31/12/2018 Taxa cambial estimada conforme cenários Diferenças entre taxas Impacto em reais	117 4,4390 4,1800 (0,2590) (30)	(i)	117 4,4390 3,1350 (1,3040) (153)	117 4,4390 2,0900 (2,3490) (275)

⁽i) Para o cenário em US\$ e € foi considerada a taxa estimada para o dia 31 de dezembro de 2019, conforme Bovespa em 04 de fevereiro de 2019.

b) Risco de taxas de juros

Risco de taxa de juros é o risco do valor justo dos fluxos de caixa ou instrumentos financeiros flutuem pelas variações das taxas de juros de mercado.

A Companhia apresenta apenas aplicações financeiras locais atreladas a juros pósfixados, no caso o CDI.

Dentre as aplicações financeiras da Companhia, em 31 de dezembro de 2018, um total de R\$16.503 estava aplicado em operações de renda fixa, incluindo CDB, com liquidez diária em bancos de primeira linha. Além disso, a Companhia mantém aplicações em longo prazo no valor de R\$7.582 referente a fianças bancárias em benefício a garantias junto à FAPEMIG, FINEP, BDMG e FINEM, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 8.

^(*) Foram considerados os cenários negativos de variação cambial do real para dólar e euro em função de em 31 de dezembro de 2018 a Companhia apresentar um caixa líquido positivo nestas moedas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

26. Instrumentos financeiros e gestão de riscos--Continuação

Fatores de risco financeiro--Continuação

- 1) Risco de mercado--Continuação
 - b) Risco de taxas de juros--Continuação

A dívida financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2018 é pós-fixada, vinculada à TJLP, com exceção ao contrato firmado com a instituição FINEP que são pré-fixados. Uma vez que o histórico de variação da TJLP não é significativo, a Administração da Companhia entende que a exposição a taxa de juros não é relevante.

O restante das aplicações, somando R\$49.104, estava aplicado em um fundo de crédito privado também considerado de primeira linha. O fundo é classificado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA") como sendo fundo de Renda Fixa, e a sua meta será buscar rentabilidade que supere a variação verificada pelo Certificado de Depósito Interbancário (CDI) - CETIP publicado e divulgado pela ANBIMA. A rentabilidade do fundo variará conforme o patamar das taxas de juros praticadas pelo mercado ou comportamento do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) - CETIP.

	Saldo líquido	Saldo líquido
Modalidade - ONSHORE	31/12/2018	31/12/2017
Fundo Crédito Privado	49.104	25.089
CDB - CP - moeda nacional	16.503	5.813
CDB - LP - moeda nacional	7.582	7.170
	73.189	38.072

O fundo poderá alocar seus recursos em títulos públicos federais, títulos privados (CDBs, debêntures, *commercial papers*, CCBs e FIDCs) com certificação por agência de classificação de risco localizada no país, outros fundos de investimentos, e poderá adotar estratégias de gestão ativa em títulos privados que possuem maior expectativa de retorno, devido ao maior risco de crédito envolvido.

A seguir é apresentado o quadro do demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, a fim de demonstrar o saldo do ativo financeiro, calculados à uma taxa projetada, considerando um cenário provável (Cenário I), com a desvalorização de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III).

Notas explicativas às demonstrações financeiras Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

26. Instrumentos financeiros e gestão de riscos--Continuação

Fatores de risco financeiro--Continuação

1) Risco de mercado--Continuação

b) Risco de taxas de juros--Continuação

Indicadores	Exposição 31/12/2018	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Ativo				
Selic	73.189	7,13% (*)	5,35%	3,57%
Receita financeira a incorrer		5.218	3.914	2.609

(*) Fonte dos índices: Relatório Focus - BACEN de 29/12/2018.

A análise de sensibilidade buscou como o indexador a SELIC, visto que é um indexador que mais se aproxima em relação às modalidades aplicadas pela Companhia exercício findo 31 de dezembro de 2018. Além disso, essa análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre os referidos instrumentos financeiros da Companhia, considerando-se todos os demais indicadores de mercado constantes. Tais valores, quando de sua liquidação, poderão ser diferentes dos demonstrados devido às estimativas utilizadas no seu processo de elaboração.

2) Risco de crédito

a) Risco de liquidez

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras e saldos com partes relacionadas. A Companhia aplica seus recursos junto a instituições financeiras avaliadas como primeira linha mediante autorização da diretoria financeira.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil dos títulos classificados como equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras e saldos com partes relacionadas na data do balanço.

A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos de liquidez para assegurar que a Companhia disponha de caixa suficiente para atender às suas despesas e investimentos, bem como o pagamento das dívidas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

26. Instrumentos financeiros e gestão de riscos--Continuação

Fatores de risco financeiro--Continuação

2) Risco de crédito--Continuação

a) Risco de liquidez--Continuação

Os recursos mantidos pela Companhia são investidos em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A Administração da Companhia é responsável pelo gerenciamento de riscos de liquidez visando assegurar o cumprimento de suas obrigações. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo as linhas de empréstimos informados na Nota Explicativa nº 15 e monitora constantemente os fluxos de caixa previstos.

				31/12/2018	31/12/2017
Consolidado	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Acima de 3 anos	Total	Total
Fornecedores	18.915	-	-	18.915	18.032
Títulos a pagar	-	-	15.939	15.939	15.476
Adiantamento de Clientes	-	-	10.169	10.169	8.682
Empréstimos e financiamentos	16.622	38.917	91.780	147.319	156.811
Total	35.537	38.917	117.888	192.342	199.001

b) Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos de disponibilidades, registrados pelo valor contábil, estejam próximas de seus valores justos, devido a rotatividade de sua utilização.

Empréstimos e financiamentos, partes relacionadas, fornecedores e títulos a pagar são mensurados ao custo amortizado, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

26. Instrumentos financeiros e gestão de riscos--Continuação

Fatores de risco financeiro--Continuação

2) Risco de crédito--Continuação

c) Estimativa do valor justo--Continuação

	2018					
	Contro	ladora	Consoli	dado		
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	8.112	8.112	15.814	15.814		
Depósitos bancários no exterior	5.167	5.167	5.167	5.167		
Aplicações financeiras	74.612	74.612	74.612	74.612		
Partes Relacionadas	2.078	2.078	-	-		
	89.969	89.969	95.593	95.593		
Passivo						
Fornecedores	18.809	18.718	18.915	18.824		
Títulos a pagar	15.939	15.939	15.939	15.939		
Adiantamento de clientes	-	-	10.169	10.169		
Empréstimos e financiamentos	147.319	144.498	147.319	144.498		
Partes relacionadas	5.023	5.023	-	-		
	187.090	184.269	192.342	189.521		

d) Hierarquia de valor justo

Os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação, conforme CPC 40 - Instrumentos Financeiros - Evidenciação são apresentadas conforme tabela abaixo:

	2018						
	Controladora			Consolidado			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ativo							
Caixa e equivalentes de caixa	8.112	-	-	15.814	-	-	
Depósitos bancários no exterior	5.167	-	-	5.167	-	-	
Aplicações financeiras	74.612	-	-	74.612	-	-	
	2017						
	Controladora			Consolidado			
	(Controladora	a		Consolidado)	
	Nível 1	Controladora Nível 2	a Nível 3	Nível 1	Consolidado Nível 2	Nível 3	
Ativo							
Ativo Caixa e equivalentes de caixa							
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2		

Notas explicativas às demonstrações financeiras Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

27. Transações que não envolvem caixa ou equivalente de caixa

A Companhia realizou as seguintes atividades, operacionais, de investimento não envolvendo caixa, portanto, essas não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	31/12/2018	31/12/2017
Adição ao ativo imobilizado com contrapartida em fornecedores Adição ao aumento de capital com contrapartida em mútuo com partes	-	153
relacionadas	-	3.794
Juros capitalizados no imobilizado e intangível	1.439	3.487
	1.439	7.434

28. Compromissos

A implantação da fábrica da BIOMM em Nova Lima envolve a aquisição de máquinas e equipamentos, construções, instalações eletromecânicas e serviços especializados que farão parte do ativo imobilizado e intangível da Companhia. Abaixo descrevemos os compromissos firmados pela Companhia, bem como os vencimentos destes:

		Valor a desembolsar			
	Valor	Valor	Em até	De 1 a	Mais que
Compromissos firmados	contratado	desembolsado	1 ano	5 anos	5 anos
Aquisição de imobilizado - reais (i)	6.900	4.610	2.290	-	-
Serviço de Gerenciamento da obra (ii)	5.370	5.260	110	-	-
Serviço de construção civil (iii)	16.716	16.695	21	-	-
Serviço de instalação de sistema de ar					
condicionado (HVAC) (iv)	10.880	10.727	153	-	-
Serviço de instalação de estação de					
tratamento de esgoto (v)	272	196	76	-	_
3 ()					

 ⁽i) Aquisições de imobilizado para a unidade fabril em Nova Lima: em abril de 2015 foi assinado o contrato para aquisição de imobilizado no valor de R\$6.900.

 ⁽ii) Contratação de serviços: em 23 de março de 2015, foi assinado o contrato de prestação de serviços com uma empresa de engenharia para a atividade de gerenciamento da obra;

⁽iii) No dia 13 de janeiro de 2016, foi assinada a contratação de serviço de construção civil;

⁽iv) Em 22 de janeiro de 2016, foi assinado o contrato de fornecimento de mão de obra especializada para instalação e montagem do sistema de ar condicionado (HVAC);

 ⁽v) Em 12 de julho de 2018 foi assinado o contrato de fornecimento de mão de obra especializada para instalação e montagem da estação de tratamento de esgoto.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

29. Eventos subsequentes

No dia 26 de fevereiro de 2019, o Conselho da Administração autorizou a Diretoria em avançar com a finalização da negociação bem como a assinatura do contrato sobre o "Projeto Zenitt".

Notas explicativas às demonstrações financeiras Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

Conselho de Administração

Guilherme Caldas Emrich
Walfrido Silvino dos Mares Guia Neto
Luiz Francisco Novelli Viana
Eduardo Augusto Buarque de Almeida
Marco Aurélio Crocco Afonso
Ítalo Aurélio Gaetani
Cláudio Luiz Lottenberg
Dirceu Brás Aparecido Barbano

Responsáveis técnicos

Thalus Augustus Souza Gomes Contador CRC: MG-109208/O-4 Contador

Márcio Vieira de Carvalho Junior Contador CRC: MG-084030/O-8 Controller

Diretoria

Heraldo Carvalho Marchezini Francisco Carlos Marques de Freitas Luciano Vilela Ciro Enrique Massari